



"Centrão" abandonou plenário para negociar o direito sobre a propriedade

Acordo dá a 'Centrão' vitória sobre garantia da propriedade

09 FEV 1988

ANC P. 3

BRASÍLIA — Uma reunião de quase duas horas promovida pelo presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães, no Palácio do Planalto, entre todos os líderes partidários e o Centrão selou o acordo que possibilitará a votação, a partir das 14h de hoje, do artigo que trata do direito à propriedade. "É assegurado o direito de propriedade, sem prejuízo do bem-estar social", diz o texto acordado e elaborado, basicamente, pelo senador Virgílio Távora.

No novo texto, a indenização "prévia e justa" em dinheiro é assegurada, ressalvados os casos de desapropriações para

fins de reformas agrária ou urbana. O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, disse após a reunião que, com o acordo de ontem, o capítulo deverá ser votado com facilidade hoje.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, porém, deixou a reunião pelo elevador privativo do gabinete presidencial e não quis dar entrevistas, limitando-se a informar que deverá reunir hoje pela manhã os seus vice-líderes, para só então decidir se aceita o acordo.

No novo texto, a expressão "sem prejuízo do bem-estar social" entrou no

lugar de "subordinada ao interesse social", formulação pretendida pelos progressistas, o que significa uma vitória do Centrão. Também acabou predominando a tese desse grupo no caso do pagamento de indenizações em dinheiro, mesmo que tenham sido ressalvados os casos de desapropriações para fins de reformas agrárias e urbanas.

Ulysses convenceu as lideranças a deixarem para a próxima quarta-feira, às 10h, em seu gabinete no Congresso, a reunião para tentar um acordo relativo à estabilidade de emprego.

Grupo não tem unidade que alega

Dora Tavares de Lima

As principais lideranças do Centrão estão concluindo que fazer um grupo de 280 constituintes se comportar da mesma forma, sempre, é tarefa mais complicada do que acreditar que a unidade que o grupo exibiu na reforma do regimento interno permanece a mesma. Logo na estréia da fase das votações temáticas, no dia 27 de janeiro, o Centrão não conseguiu manter a mesma maioria para colocar na Constituição o preâmbulo que queria.

Na quinta-feira à noite, depois que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, suspendeu a votação do artigo sobre direito de propriedade, o grupo decidiu não dar quorum para a votação do dia seguinte. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP)

vangloriava-se dizendo que apareceriam "quatro pessoas" no plenário. Mais de 50 não obedeceram à ordem.

Ontem aconteceu a mesma coisa, e a cúpula do Centrão, reunida no gabinete do líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA), estava à beira do pânico. Tenso, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) acompanhava a votação pelo alto-falante, comentando: "Parece que tem deputado que não sabe o óbvio, que há um acordo para ser fechado daqui a pouco e que não é para ficar em plenário".

Indisciplina — Além do problema com os rebeldes, o grupo está preocupado com a indisciplina dos que são votos certos mas nem sempre estão em Brasília para votar. Um dos coordenadores de plenário, Roberto Jefferson (PTB-RJ), preferiu ontem ficar no Rio acompanhando a comitiva de Ulysses Guimarães, na visita a Petrópolis.

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos que não se afasta de Brasília nem nos finais de semana e não desgruda do telefone sempre convocando parlamentares para as votações, reclama falta de liderança com pulso firme. "Aquilo que no começo

foi bom, para evitar estrelismos, agora é ruim, porque nem sempre todos sabem o que fazer", diz.

Um exemplo é a sessão de quinta-feira, quando Daso jura que o Centrão poderia ter aprovado sua emenda sobre direito de propriedade. Havia 25 parlamentares escondidos em seus gabinetes esperando para só aparecer na última hora, a fim de evitar que o PMDB obstruísse a votação ao perceber que perderia, e 19 votos certos "do outro lado". O problema é que esqueceram de avisar disso os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Gastone Righi (PTB-SP) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ardoroso defensor da suspensão da sessão.

Outra dificuldade que o Centrão enfrenta é com a falta de oradores competentes capazes de convencer um plenário que, na hora dos encaminhamentos das votações, ouve sempre a última palavra do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ontem à tarde o grupo tinha pronto um texto de três páginas que seria a defesa do grupo em plenário para sua tese de direito de propriedade, no caso de não haver acordo. Mas faltava o orador.